Delegado SIMULino

Simulado

Delegado de Polícia · PCPR 2026 · questões no estilo FGV

Código	PCPR-DL-0605-00CE
Questões	50
Tempo sugerido	150 minutos
Dificuldade	Nível Delegado (N3 + N4)
Alternativas por questão	5

Composição

Disciplina	Questões	Numeração
Direito Penal	10	01 a 10
Direito Processual Penal	10	11 a 20
Legislação Penal e Processual Penal Extravagante	10	21 a 30
Direito Constitucional	5	31 a 35
Direito Administrativo e Gestão Pública	5	36 a 40
Legislação Estadual e Institucional	5	41 a 45
Direitos Humanos	3	46 a 48
Ciências Forenses	2	49 a 50

Instruções

- Cada questão tem 5 alternativas e apenas uma correta.
- Marque suas respostas na folha de respostas, na última página deste caderno.
- Cronometre a prova pelo tempo sugerido, sem consulta, como no dia.
- Ao terminar, confira suas respostas no gabarito comentado (arquivo separado), que explica a correta e o erro de cada alternativa.

Avisos

- Material de treino não oficial, sem vínculo com a FGV, com a PCPR ou com a Anthropic.
- Questões inéditas foram elaboradas por IA no estilo da banca e podem conter erro: confira o gabarito comentado e a lei vigente.
- Questões reais reproduzem provas aplicadas pela FGV, com banca, ano, órgão e cargo de origem no gabarito.

Direito Penal

Questão 01

Pedro, empresário do ramo imobiliário, desejando eliminar um concorrente comercial, entra em contato com integrantes de uma conhecida associação criminosa, notória por reunir atiradores profissionais. Pedro contrata, mediante pagamento de vultosa quantia, a execução de homicídio contra Carlos, seu rival. Os membros da associação consumam o crime conforme o pactuado, efetuando disparos de arma de fogo que resultam na morte da vítima. Considerando a conduta acima descrita, é correto afirmar que Pedro responderá penalmente:

(A) por homicídio e pelo crime autônomo de organização criminosa, uma vez que a contratação de integrantes de uma associação criminosa para matar o seu rival tipifica novo crime;

(B) por homicídio e pelo crime de associação criminosa, pois a conduta de contratar o cometimento do delito contra a vida do desafeto a integrantes de uma associação criminosa também o submete à pena cominada ao tipo fundamental do Art. 288 do Código Penal;

(C) por homicídio, pois a contratação para eliminar a vida do rival é apta a configurar a autoria, de acordo com a teoria do domínio do fato, de modo que ele responde unicamente pelo crime contra a vida, na qualidade de autor intelectual;

(D) por homicídio e pelo crime autônomo de contratação de associação criminosa tipificado no Código Penal, porquanto há desígnios autônomos para a prática do homicídio e para a contratação da associação, o que atrai o concurso material de delitos;

(E) por homicídio qualificado pela paga ou promessa de recompensa, que, por ser qualificadora específica, abrange o desvalor da contratação de integrante de associação criminosa, tornando inconcebível a imputação de crime adicional, por força do princípio non bis in idem.

Questão 02

Em um mesmo plantão, a autoridade policial registrou três ocorrências. Gustavo, de 34 anos, visitou o pai, Osvaldo, de 67 anos, e, aproveitando que ele cochilava, retirou de uma gaveta um relógio valioso e saiu do imóvel. Um vizinho que viu a saída apressada alertou Osvaldo, e policiais acionados de imediato localizaram Gustavo cerca de vinte minutos depois, a duas quadras dali, com o relógio no bolso. Tânia, monitorada desde a entrada pelas câmeras de um supermercado, foi detida pelos seguranças logo depois de passar pela linha dos caixas com produtos escondidos na bolsa. Rui, primário, subtraiu objeto de pequeno valor depois de romper o cadeado de um armário.

Considerando o Código Penal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, analise as afirmativas a seguir.

I. Gustavo não está isento de pena, pois a escusa absolutória do descendente que subtrai bem do ascendente não se aplica quando a vítima tem 60 anos ou mais.
II. O furto praticado por Gustavo consumou-se, ainda que a posse do relógio tenha sido breve e não tenha sido mansa e pacífica.
III. Tânia praticou crime impossível, pois o monitoramento ininterrupto por câmeras tornou absolutamente ineficaz o meio empregado.
IV. Rui não pode ser beneficiado pelo furto privilegiado, porque a figura privilegiada é incompatível com qualquer qualificadora.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) II, apenas.

(C) I e III, apenas.

(D) II e IV, apenas.

(E) I e II, apenas.

Questão 03

Leandro foi condenado, por sentença transitada em julgado, à pena de 2 anos de reclusão pela prática de estelionato. Durante a execução, sobreveio decreto presidencial de indulto natalino, cujos requisitos ele preenchia, e o juízo da execução declarou extinta a punibilidade. Oito meses depois, Leandro foi preso em flagrante pela prática de receptação. Ao lavrar o auto, o delegado de polícia examinou a folha de antecedentes e precisou avaliar a repercussão da condenação anterior. Um colega de plantão observou que, se em vez do indulto tivesse sido editada lei de anistia abrangendo o fato anterior, a conclusão seria outra.

Considerando o Código Penal, a Constituição Federal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que

(A) o indulto atingiu apenas os efeitos primários da condenação, de modo que ela ainda pode gerar reincidência; a anistia, por sua vez, apagaria os efeitos penais do fato.

(B) o indulto extinguiu todos os efeitos penais da condenação, inclusive a reincidência, ao passo que a anistia alcançaria apenas a pretensão executória da pena.

(C) o indulto e a anistia são concedidos pelo Presidente da República e, por isso, produzem os mesmos efeitos, mantendo a reincidência nas duas hipóteses.

(D) a condenação anterior gera reincidência, porque o indulto não é causa de extinção da punibilidade, mas mera comutação da pena que restava cumprir.

(E) a condenação anterior só pode ser valorada como maus antecedentes, nunca como reincidência, pois o indulto produz os efeitos da reabilitação criminal.

Questão 04

Em aula preparatória para a prova oral de Delegado de Polícia, o professor apresentou quatro situações hipotéticas sobre a relação de causalidade, cada uma acompanhada de uma conclusão.

I. Ernesto, com intenção de matar, feriu Joaquim a facadas; levado ao hospital, Joaquim morreu no incêndio que destruiu a enfermaria onde se recuperava. Ernesto responde por tentativa de homicídio, pois a causa superveniente relativamente independente produziu, por si só, o resultado.
II. Gilmar, com intenção de matar, atropelou Wagner, que morreu porque a ambulância que o levava ao hospital colidiu com um caminhão no trajeto. Gilmar responde por homicídio consumado, já que, sem o atropelamento, Wagner não estaria na ambulância.
III. Rodrigo disparou contra Murilo, com intenção de matar, sem saber que ele, minutos antes, ingerira veneno ministrado por terceiro, apontado pela perícia como causa exclusiva da morte. Rodrigo responde por tentativa de homicídio.
IV. Mirela, por brincadeira, empurrou para a parte funda de uma piscina um colega que não sabia nadar. Ela tinha o dever jurídico de agir para evitar o afogamento, ainda que não tivesse obrigação legal de cuidado, proteção ou vigilância em relação a ele.

Está correto o que se afirma em

(A) I e III, apenas.

(B) II e IV, apenas.

(C) I, II e III, apenas.

(D) I, III e IV, apenas.

(E) I, II, III e IV.

Questão 05

Ao sentenciar Hélio pela prática de roubo, o juiz examinou a folha de antecedentes, que registrava: (1) dois inquéritos policiais em andamento por furto; (2) condenação definitiva por lesão corporal, com pena extinta pelo cumprimento sete anos antes do novo fato; (3) condenação por estelionato referente a fato anterior ao roubo, mas com trânsito em julgado posterior à data deste; (4) condenação definitiva por receptação, com trânsito em julgado e pena cumprida antes do roubo, dois anos antes dele.

Considerando o Código Penal e a jurisprudência dos tribunais superiores, analise as afirmativas a seguir.

I. Os inquéritos em andamento não podem ser utilizados para agravar a pena-base.
II. A condenação por lesão corporal não pode ser valorada como maus antecedentes, pois já foi superado o período depurador de cinco anos.
III. A condenação por estelionato não gera reincidência, mas pode ser valorada como maus antecedentes na primeira fase.
IV. A condenação por receptação pode ser utilizada, ao mesmo tempo, como maus antecedentes na primeira fase e como agravante da reincidência na segunda.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) I e II, apenas.

(C) I e III, apenas.

(D) II e IV, apenas.

(E) I, III e IV.

Questão 06

No dia 29 de novembro de 2017, na sede do Distrito Policial, Maria compareceu para dar causa à instauração de investigação policial em desfavor de João, imputando-lhe a autoria de tentativa de homicídio de que ela sabia ser João inocente. Segundo consta dos autos, Maria teria narrado à autoridade policial que seu irmão João, em 28 de novembro de 2017, havia acelerado o veículo que conduzia, em sua direção, no interior do estacionamento do Esporte Clube Manaus, tudo com a intenção de matá-la. Tais notícias foram então registradas no Boletim de Ocorrência 171/2017 daquela unidade policial, o que ocasionou a instauração de inquérito policial para investigação. Também no dia 29 de novembro de 2017, na mesma unidade policial, João compareceu para registrar ocorrência (Boletim de Ocorrência 173/2017), consistente em lesões corporais graves realizadas por Maria, haja vista ter alegado que Maria se jogou sobre o capô do seu carro em movimento e, quando parou seu carro, foi veementemente agredido. Tais fatos foram incorporados no mesmo inquérito policial. No decorrer das investigações, teria ficado afinal apurado que Maria teria se colocado intencionalmente na frente do carro conduzido por João, que trafegava em baixa velocidade no interior do estacionamento, consoante laudo pericial e, ademais, tendo em vista as declarações das testemunhas presenciais, culminando com a sugestão de arquivamento da investigação daquela hipotética tentativa de homicídio. Quanto ao delito de denunciação caluniosa referido, é correto afirmar que

(A) não há configuração do delito, pois houve a investigação de outros fatos diversos, o que retira a tipicidade da conduta de Maria.

(B) há configuração do delito, pois o crime consiste em fazer a autoridade policial investigar ilícito de que sabe inocente o investigado.

(C) não há configuração do delito, pois houve a investigação de outros fatos diversos, o que retira a ilicitude da conduta de Maria.

(D) há configuração do delito, pois o crime consiste em fazer a autoridade policial investigar qualquer fato.

(E) não há configuração do delito, pois houve a investigação de outros fatos diversos, o que retira a culpabilidade da conduta de Maria.

Questão 07

Em setembro de 2025, Carlos, primário e portador de bons antecedentes, professor da instituição de ensino Alfa, tentou matar Caio, seu aluno, pessoa sabidamente com deficiência e com dezesseis anos de idade à época dos fatos. Registre-se que os fatos ocorreram nas dependências da referida instituição de ensino. Sem motivo aparente, Carlos esfaqueou Caio, mas o crime não se consumou, pois outros funcionários da escola intervieram e prontamente socorreram a vítima. Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa. ( ) O fato do homicídio tentado ter ocorrido nas dependências da instituição de ensino não tem o condão de qualificar o delito. ( ) A pena de Carlos será aumentada, na terceira fase do processo dosimétrico, porquanto a vítima Caio é pessoa com deficiência. ( ) Embora a condição de Carlos, como professor da instituição de ensino Alfa, não configure causa de aumento de pena do crime de homicídio tentado, é possível que o Ministério Público requeira ao juiz a consideração desse fato como circunstância judicial desfavorável, na primeira fase da dosimetria da pena. As afirmativas são, respectivamente,

(A) F – V – F.

(B) V – V – F.

(C) F – F – F.

(D) V – V – V.

(E) V – F – V.

Questão 08

Dionísio, agindo com dolo de matar, efetuou seis disparos de arma de fogo em detrimento de Lucas, atingindo-o em partes variadas do corpo, dando azo ao óbito deste. Diversas pessoas testemunharam os fatos, de forma que as autoridades públicas iniciaram, de pronto, buscas pelo autor do delito. Nesse contexto, Dionísio compareceu ao sítio de Bruno, seu irmão, que não tinha qualquer conhecimento anterior sobre o crime praticado. O autor do delito contou o ocorrido e pediu auxílio para que ele pudesse se subtrair à ação dos policiais que o procuravam, obtendo a aquiescência do seu parente. Considerando as disposições do Código Penal, a conduta de Bruno caracteriza o crime de

(A) favorecimento pessoal, mas, por ser irmão do autor do delito, ele fica isento de pena.

(B) favorecimento real, mas, por ser irmão do autor do delito, ele fica isento de pena.

(C) tergiversação, mas, por ser irmão do autor do delito, ele fica isento de pena.

(D) favorecimento real, não havendo hipótese de isenção de pena.

(E) favorecimento pessoal , não havendo hipótese de isenção de pena.

Questão 09

Nádia, de 17 anos, aluna de curso preparatório mantido por instituição privada, procurou a delegacia e relatou que Saulo, seu professor e responsável pela correção das avaliações que definem a manutenção de bolsa integral, insinuou, em reiteradas mensagens, que ela só conservaria o benefício se aceitasse encontros íntimos com ele. Nádia recusou todas as investidas, e nenhum ato sexual ocorreu. Ao analisar o caso, a autoridade policial considerou o art. 216-A do Código Penal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Sobre a situação, analise as afirmativas a seguir.

I. A relação entre professor e aluna pode caracterizar a ascendência inerente ao exercício de função exigida pelo tipo penal do assédio sexual.
II. A ação penal é pública condicionada à representação, a ser oferecida pelo representante legal de Nádia, por ser ela menor de idade.
III. O crime não se consumou, porque o favorecimento sexual pretendido não foi obtido, de modo que a conduta deve ser tratada como tentativa.
IV. Incidindo a causa de aumento relativa à idade da vítima, a pena máxima em abstrato supera dois anos, o que afasta a competência do Juizado Especial Criminal.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) II, apenas.

(C) I e II, apenas.

(D) II e III, apenas.

(E) I e IV, apenas.

Questão 10

Em ação penal na qual se imputa ao réu a prática do crime de roubo, na modalidade tentada, constam de sua Folha de Antecedentes Criminais as seguintes anotações, devidamente esclarecidas por certidões cartorárias: 1. condenação transitada em julgado, por crime de ameaça, à pena de multa, cumprida 3 anos e 8 meses antes da prática do crime objeto do processo e 2. condenação transitada em julgado, por contravenção penal de exercício ilegal de profissão ou atividade, à pena de prestação pecuniária, cumprida 2 anos e 9 meses antes da prática do crime objeto do processo. À vista das citadas anotações, é correto afirmar que:

(A) ambas as anotações geram reincidência, sendo possível a concessão de suspensão condicional da pena privativa de liberdade aplicada, caso esta não supere os 2 anos e sejam favoráveis ao réu as circunstâncias judiciais;

(B) ambas as anotações geram reincidência, não sendo possível a concessão de suspensão condicional da pena privativa de liberdade aplicada, mesmo que esta não supere os 2 anos e sejam favoráveis ao réu as circunstâncias judiciais;

(C) somente a anotação número 1 gera reincidência, sendo possível a concessão de suspensão condicional da pena privativa de liberdade aplicada, caso esta não supere os 2 anos e sejam favoráveis ao réu as circunstâncias judiciais;

(D) somente a anotação número 1 gera reincidência, não sendo possível a concessão de suspensão condicional da pena privativa de liberdade aplicada, mesmo que esta não supere os 2 anos e sejam favoráveis ao réu as circunstâncias judiciais;

(E) nenhuma das anotações gera reincidência, sendo possível a concessão de suspensão condicional da pena privativa de liberdade aplicada, caso esta não supere os 2 anos e sejam favoráveis ao réu as circunstâncias judiciais.

Direito Processual Penal

Questão 11

João e Antônio, primários e portadores de bons antecedentes, são capturados em flagrante pela suposta prática do crime de estelionato majorado, em razão da vítima ser pessoa idosa, considerada a relevância do resultado gravoso. Em sede de audiência de custódia, o juiz homologa as prisões flagranciais, mas deixa de convertê-las em prisão preventiva, concedendo liberdade provisória com fiança, arbitrada, para cada um, em R$ 2.000,00. No curso da persecução penal processual subsequente, João, regularmente intimado para ato do processo, deixa de comparecer, sem motivo justo. Antônio, por sua vez, comete nova infração penal dolosa. Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que

(A) a conduta de João dará azo ao quebramento da fiança, importando na perda da metade do seu valor. Por sua vez, o comportamento de Antônio ensejará a cassação da fiança, gerando a perda da totalidade do seu valor.

(B) a conduta de João dará azo à cassação da fiança, importando na perda da metade do seu valor. Por sua vez, o comportamento de Antônio ensejará o quebramento da fiança, gerando a perda da totalidade do seu valor.

(C) a conduta de João dará azo ao quebramento da fiança, importando na perda da totalidade do seu

valor. Por sua vez, o comportamento de Antônio ensejará a cassação da fiança, gerando a perda da totalidade do seu valor.

(D) a conduta de João e o comportamento de Antônio darão azo ao quebramento da fiança, importando na perda de metade do seu valor.

(E) a conduta de João e o comportamento de Antônio darão azo à cassação da fiança, importando na perda da totalidade do seu valor.

Questão 12

Bruno, Caio e Davi foram condenados, na mesma sentença, pela prática, em concurso de agentes, de receptação. Apenas Bruno e Davi apelaram; para Caio, a sentença transitou em julgado. No recurso de Bruno, o tribunal reconheceu que os bens adquiridos não eram produto de crime, porque a suposta subtração anterior jamais ocorreu, e o absolveu por atipicidade da conduta. No recurso de Davi, que tinha 19 anos na data do fato, o tribunal declarou extinta a punibilidade pela prescrição, que só se consumou em razão da redução do prazo prescricional prevista no art. 115 do Código Penal. A defesa de Caio, que tinha 35 anos na data do fato, requereu que os efeitos dos dois julgamentos lhe fossem estendidos.

Considerando o Código de Processo Penal e a jurisprudência dos tribunais superiores, é correto afirmar que Caio

(A) deve ser beneficiado pela absolvição de Bruno, mesmo com o trânsito em julgado de sua condenação, mas não pela prescrição reconhecida a Davi, fundada em circunstância pessoal.

(B) deve ser beneficiado pela absolvição de Bruno e pela prescrição reconhecida a Davi, pois o efeito extensivo alcança qualquer decisão favorável proferida no recurso de corréu.

(C) não pode ser beneficiado por nenhuma das decisões, porque o efeito extensivo pressupõe que o corréu também tenha interposto recurso no prazo legal.

(D) só pode obter a extensão da absolvição por meio de revisão criminal, já que o efeito extensivo dos recursos não alcança quem tem condenação transitada em julgado.

(E) deve ser beneficiado apenas pela prescrição reconhecida a Davi, pois as causas extintivas da punibilidade comunicam-se a todos os coautores do crime.

Questão 13

Rogério e Furtado foram indiciados pela autoridade policial em razão da prática de crime de estelionato contra Amâncio, o qual foi à Delegacia e representou contra os supostos autores do fato delituoso. Após a conclusão das investigações, o Ministério Público, no prazo legal, promoveu o arquivamento da investigação em relação a ambos os indiciados, sob o fundamento da inexistência de fato criminoso, havendo apenas ilícito civil, notificando a vítima no prazo legal, bem como o Juízo, o qual se limitou a acolher a promoção do Ministério Público. Decorridos seis meses do recebimento da notificação, Amâncio ajuizou Ação Penal Privada Subsidiária apenas em face de Rogério, deixando de fazê-lo em relação a Furtado. Nesse contexto, está correto afirmar que a Ação Penal Privada Subsidiária

(A) não deverá ser recebida pelo Juízo, pois é incabível diante da promoção de arquivamento do Ministério Público efetuada no prazo legal.

(B) deverá ser recebida pelo Juízo, diante do direito que possui a vítima de rever a promoção de arquivamento do Ministério Público.

(C) não deverá ser recebida pelo Juízo, pois o direito de queixa é indivisível, e a vítima somente ajuizou a ação em face de Rogério.

(D) deverá ser recebida pelo Juízo, em razão da omissão do Ministério Público em exercer a Ação Penal Pública, não tendo havido a decadência do direito de queixa.

(E) não deverá ser recebida pelo Juízo, pois se verificou a perempção do direito de queixa, bem como em razão de esta ser indivisível em relação aos autores do fato criminoso.

Questão 14

Em determinada comarca, ocorreram as seguintes situações. Na audiência de custódia de Fabrício, preso em flagrante por roubo, nem o Ministério Público nem a autoridade policial pediram a prisão, e o juiz, considerando a gravidade concreta dos fatos, converteu o flagrante em preventiva. A preventiva de Gilberto, decretada no curso da instrução, não foi reexaminada pelo juízo por mais de cento e vinte dias. A preventiva de Heitor foi mantida pelo Tribunal de Justiça no acórdão que confirmou sua condenação, e seguem pendentes recursos especial e extraordinário.

Considerando o Código de Processo Penal e a jurisprudência do STF e do STJ, analise as afirmativas a seguir.

I. A conversão do flagrante de Fabrício em preventiva é ilegal, porque o juiz não pode decretar a prisão preventiva de ofício, nem mesmo na audiência de custódia.

II. A falta de reexame da preventiva de Gilberto no prazo de noventa dias não implica a revogação automática da prisão, devendo o juízo competente ser instado a reavaliar sua legalidade e atualidade.
III. A preventiva pode ser decretada como decorrência imediata do recebimento da denúncia por crime hediondo, dispensada a demonstração concreta do perigo gerado pelo estado de liberdade.
IV. Pendentes os recursos especial e extraordinário, o dever de revisão da prisão de Heitor a cada noventa dias passa a recair sobre o STJ e o STF, sob pena de ilegalidade.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.
(B) I e II, apenas.
(C) II e III, apenas.
(D) I, II e IV, apenas.
(E) I, III e IV.

Questão 15

Durante uma audiência de instrução e julgamento por videoconferência, o Juiz presidente do ato, ao constatar que a testemunha de acusação demonstrava nervosismo e receio em depor na presença virtual do réu, que fazia expressões ameaçadoras, determinou a retirada do acusado da sala virtual para a oitiva da testemunha, sem consultar previamente a defesa. A respeito da retirada do réu da audiência, de acordo com o Código de Processo Penal e o entendimento jurisprudencial dominante no Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a afirmativa correta.

(A) A retirada do réu da sala de audiência, mesmo que virtual, é um ato discricionário do Juiz, não gerando nulidade.
(B) A decisão de retirar o réu da audiência deve ser sempre precedida de consulta à defesa, e sua ausência acarreta nulidade absoluta por cerceamento de defesa.
(C) A retirada do réu da sala de audiência é permitida quando o seu comportamento intimida a testemunha, mas é indispensável que a defesa técnica permaneça no ato e que o réu seja informado do conteúdo do depoimento. A retirada do réu da sala de audiência é permitida quando intimida a testemunha, mas a presença da defesa técnica e a ciência do depoimento são indispensáveis
(D) A nulidade decorrente da retirada do réu da audiência sem consulta à defesa é relativa, exigindo a demonstração de prejuízo concreto, o qual é presumido.
(E) O Código de Processo Penal não prevê a possibilidade de retirada do réu da audiência, tratando-se de uma construção jurisprudencial sem amparo legal.

Questão 16

Em correição extraordinária realizada em uma delegacia, a Corregedoria debateu com os delegados o valor probatório e os vícios do inquérito policial, a partir de casos concretos da unidade. Ao final, foram registradas as conclusões a seguir.

I. Irregularidades ocorridas no curso do inquérito policial, procedimento de natureza informativa, em regra não contaminam a ação penal dele decorrente.
II. O juiz não pode fundamentar a condenação exclusivamente em elementos informativos colhidos no inquérito, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.
III. Instaurado inquérito para apurar morte decorrente do uso de força letal por policial civil no exercício da função, o investigado deverá ser citado da instauração, podendo constituir defensor no prazo de até 48 horas a contar do recebimento da citação.
IV. O reconhecimento fotográfico feito na delegacia sem observância do procedimento do art. 226 do Código de Processo Penal é mera irregularidade e pode, sozinho, fundamentar a condenação se a vítima o ratificar em juízo.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.
(B) II e III, apenas.
(C) III e IV, apenas.
(D) I, II e III, apenas.
(E) I, II, III e IV.

Questão 17

Durante a instrução de ação penal por homicídio qualificado, Rosângela, mãe da vítima, requereu, por meio de advogado, sua habilitação como assistente de acusação. O juiz indeferiu o pedido sem fundamentação concreta, sob o argumento genérico de que o Ministério Público já tutelava adequadamente os interesses da sociedade. A vítima não deixou cônjuge, companheira nem descendentes, e a sentença ainda não havia sido proferida. Inconformado, o advogado de Rosângela buscou identificar a medida cabível contra a decisão.

Considerando o Código de Processo Penal e a jurisprudência dominante, é correto afirmar que

(A) cabe recurso em sentido estrito, no prazo de cinco dias, pois a decisão que inadmite o assistente encerra incidente processual da ação penal.

(B) como a decisão que não admite o assistente é irrecorrível, admite-se mandado de segurança, e Rosângela tem legitimidade por ser ascendente da vítima.

(C) cabe mandado de segurança, mas Rosângela não tem legitimidade, porque, morta a vítima, apenas o cônjuge pode habilitar-se como assistente de acusação.

(D) não cabe medida alguma, porque a habilitação do assistente só pode ser requerida até o recebimento da denúncia pelo juiz.

(E) cabe apelação supletiva, pois o ofendido pode apelar sempre que o Ministério Público deixar de impugnar decisão desfavorável à acusação.

Questão 18

Crézio, mediante esbarrão na vítima, subtraiu seu celular. Logo após a subtração, policiais militares que viram os fatos correram no encalço de Crézio e efetivaram a sua prisão em flagrante. Em sede de audiência de custódia, Crézio informou que praticou o fato em virtude da necessidade imposta pela perda do emprego, bem como para sustentar seu filho que possui 3 anos e é portador de deficiência. Um amigo de Crézio entregou ao(à) Defensor(a) Público(a) a certidão de nascimento do filho de Crézio e uma declaração de que apenas este cuida do seu filho, já que a mãe da criança se encontra em local incerto. Na audiência de custódia, o julgador, após constatar a legalidade prisional, converteu a prisão em flagrante em preventiva, em virtude dos antecedentes de Crézio, ainda que tecnicamente primário. Considerando o caso narrado, é correto afirmar que:

(A) não será cabível a substituição da prisão preventiva pela domiciliar, já que se trata de medida cautelar excepcional, aplicada apenas nos casos de crimes sem violência ou grave ameaça à pessoa;

(B) para que haja substituição da prisão preventiva pela domiciliar, será imprescindível a fiscalização através de monitoração eletrônica;

(C) a decisão proferida no Habeas Corpus coletivo nº 143.641/SP, julgado pelo Supremo Tribunal Federal, que dispõe sobre a prisão domiciliar para mulheres, é extensiva aos homens, desde que cumpridos os requisitos da medida cautelar de prisão domiciliar e outras condicionantes;

(D) é cabível a substituição da prisão preventiva pela domiciliar, desde que o crime não tenha sido praticado com violência ou grave ameaça à pessoa e o réu não possua antecedentes;

(E) como a prisão domiciliar não possui natureza cautelar de privação de liberdade, não será aplicável a detração da pena, caso haja decisão condenatória definitiva.

Questão 19

Em crime de roubo praticado por Orestes, no qual Saulo figurou como ofendido, o Ministério Público, ao fim da investigação, não ofereceu denúncia tampouco se manifestou no prazo legal. Diante disso, Saulo, por intermédio de seu advogado, ajuizou ação privada subsidiária da pública, a qual foi recebida pelo juízo. Contudo, no curso do feito, Saulo, apesar de devidamente intimado por três vezes, deixou de promover o andamento do processo por seis meses seguidos. Nessa hipótese, é correto afirmar que deverá:

(A) o juiz declarar a ocorrência da perempção e a consequente extinção da punibilidade de Orestes;

(B) o Ministério Público requerer a extinção do feito em razão da decadência do direito de queixa de Saulo;

(C) o juiz declarar a ocorrência da renúncia tácita de Saulo e a consequente extinção da punibilidade de Orestes;

(D) o Ministério Público retomar a ação como parte principal em razão da negligência de Saulo;

(E) o juiz declarar a ocorrência do perdão tácito de Saulo e a consequente extinção da punibilidade de Orestes.

Questão 20

Paulinho Tatá foi eleito Deputado Estadual, tendo sido proclamado o resultado das eleições em outubro de 2022, antes, portanto, de sua diplomação, ocorrida apenas em dezembro do mesmo ano. Nesse intervalo entre o resultado eleitoral e a diplomação, Paulinho Tatá foi procurado por representante de determinada sociedade empresária privada, que lhe ofereceu vantagem indevida para que, quando no exercício do mandato parlamentar, viesse a praticar atos de sua competência em benefício dos interesses econômicos da sociedade empresária junto à Administração Pública Estadual. Na ocasião, Paulinho Tatá permaneceu em silêncio, não tendo solicitado, recusado ou aceitado expressamente a oferta. Já no curso do mandato, após regularmente diplomado e empossado, Paulinho Tatá procurou a sociedade empresária, aceitou a vantagem anteriormente oferecida, passou a praticar atos típicos da função parlamentar em benefício da sociedade e, posteriormente, recebeu a vantagem indevida, ainda durante o exercício do mandato. Os fatos foram investigados e, ainda durante o mandato, antes do recebimento da denúncia, Paulinho Tatá confessou formal e circunstanciadamente os fatos e manifestou interesse em celebrar o Acordo de Não Persecução Penal (ANPP). O Ministério Público ofereceu uma proposta. À luz do Art. 317 do Código Penal, do Art. 28-A do Código de Processo Penal e do entendimento atual do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o foro por prerrogativa de função, assinale a afirmativa correta.

(A) A competência para apreciar e homologar o Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) é do Juízo de Primeiro Grau, pois a oferta da vantagem ocorreu antes da diplomação, inexistindo crime funcional praticado durante o mandato.

(B) A competência para apreciar e homologar o Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) é do Tribunal de Justiça, pois a aceitação da vantagem indevida e a prática dos atos funcionais ocorreram durante o exercício do mandato, sendo admissível a celebração do ANPP.

(C) A competência deve ser cindida, cabendo ao Juízo singular apurar o crime de corrupção passiva relativo à oferta da vantagem e ao Tribunal de Justiça a aceitação e o recebimento da vantagem.

(D) O ANPP é incabível, pois a aceitação de vantagem indevida por parlamentar em exercício gera, necessariamente, efeitos políticos incompatíveis com a justiça penal consensual.

(E) Não se configura o crime de corrupção passiva, pois a ausência de solicitação expressa descaracteriza a tipicidade da conduta frente ao Art. 317 do Código Penal.

Legislação Penal e Processual Penal Extravagante

Questão 21

Em inquérito policial que apura organização criminosa voltada a fraudes em licitações, o delegado de polícia adotou ou planejou as providências descritas a seguir, todas sem prévia autorização judicial, salvo quando indicado.

I. Requisitou à operadora de telefonia os dados cadastrais de um investigado que informam exclusivamente sua qualificação pessoal, filiação e endereço.
II. Consultou diretamente o banco de dados de reservas e registros de viagens de uma companhia aérea, que a empresa deve manter acessível por cinco anos, para verificar deslocamentos de outro investigado.
III. Diante da omissão injustificada de uma instituição financeira em fornecer os dados cadastrais por ele requisitados, determinou a instauração de procedimento para apurar crime previsto na própria Lei nº 12.850/2013.
IV. Representou pela prisão preventiva de um dos líderes, registrando que, uma vez decretada a prisão, a instrução criminal deverá encerrar-se em até cento e vinte dias, prazo improrrogável por expressa disposição legal.

Considerando a Lei nº 12.850/2013, estão de acordo com a lei as providências e ponderações descritas em

(A) I e II, apenas.
(B) I e IV, apenas.
(C) II e III, apenas.
(D) III e IV, apenas.
(E) I, II e III, apenas.

Questão 22

Luciano cumpre pena em regime semiaberto e, em fevereiro de 2026, foi flagrado com aparelho celular no interior do estabelecimento penal. Não foi instaurado procedimento administrativo disciplinar, mas o juízo da execução realizou audiência de justificação, com a presença do defensor e do Ministério Público, na qual Luciano foi ouvido, e reconheceu a falta grave.

Sobre as consequências do reconhecimento da falta, considerando a Lei de Execução Penal e a jurisprudência dos tribunais superiores, analise as afirmativas a seguir.

I. A falta interrompe o prazo para a progressão de regime, reiniciando-se a contagem do requisito

objetivo com base na pena remanescente.
II. A falta interrompe o prazo para a obtenção do livramento condicional, cuja contagem recomeça da data da infração.
III. A falta, por si só, não interrompe o prazo para a concessão de comutação de pena ou de indulto.
IV. A oitiva de Luciano em audiência de justificação, com defensor e Ministério Público, supriu a ausência do procedimento administrativo disciplinar.

Está correto o que se afirma em

(A) I e III, apenas.

(B) II e IV, apenas.

(C) I, II e III, apenas.

(D) II, III e IV, apenas.

(E) I, III e IV, apenas.

Questão 23

No Município de Campo Alegre, que não é sede de comarca, Valéria compareceu à delegacia às 22h e relatou que o companheiro, Edson, com quem convive, a ameaçou de morte com uma faca, em casa, na presença dos filhos. O delegado de polícia de plantão, presente na unidade, constatou risco atual à integridade física de Valéria. Os policiais militares que acompanharam a ocorrência sugeriram que eles próprios determinassem o afastamento de Edson do lar, já que o município não é sede de comarca. Edson foi localizado pouco depois e preso em flagrante. Na delegacia, seu advogado requereu o arbitramento de fiança, alegando que o crime não envolveu lesão corporal e que Edson é primário.

Considerando a Lei nº 11.340/2006, é correto afirmar que

(A) o afastamento de Edson do lar só pode ser determinado pelo juiz, cabendo ao delegado apenas remeter o pedido de medida protetiva ao Judiciário em até 48 horas.

(B) o delegado pode determinar o afastamento, mas deve comunicar o juiz em até 48 horas, cabendo ao Ministério Público decidir sobre a manutenção da medida.

(C) os policiais militares podem determinar o afastamento de Edson, pois a lei autoriza o policial a fazê-lo sempre que o município não for sede de comarca.

(D) cabe ao delegado determinar o afastamento imediato de Edson do lar, comunicando o juiz em até 24 horas, e, havendo risco à integridade física de Valéria, não será concedida liberdade provisória.

(E) o delegado deve arbitrar fiança a Edson, pois, sendo primário e não tendo havido lesão corporal, a liberdade provisória é a regra, ainda que subsista risco à vítima.

Questão 24

Em investigação conduzida pela Polícia Civil, verificou-se que valores obtidos com fraudes eram convertidos, de forma reiterada, em criptoativos e depois reintroduzidos na economia por meio de empresas de fachada. Um dos indiciados é servidor público estadual.

Considerando a Lei nº 9.613/1998 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, analise as afirmativas a seguir.

I. O indiciamento do servidor acarreta seu afastamento automático do cargo, sem prejuízo da remuneração, até que o juiz autorize o retorno, conforme norma legal declarada constitucional pelo STF.
II. A pena poderá ser aumentada de um a dois terços, seja pela prática reiterada dos crimes, seja pela utilização de ativo virtual.
III. Se o acusado, citado por edital, não comparecer nem constituir advogado, o processo prosseguirá até o julgamento, com nomeação de defensor dativo, não se aplicando a suspensão do processo e do prazo prescricional prevista no Código de Processo Penal.
IV. O pedido de liberação de bens objeto de medida assecuratória poderá ser conhecido sem o comparecimento pessoal do acusado, desde que formulado por advogado com poderes especiais.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) I e II, apenas.

(C) III e IV, apenas.

(D) II e III, apenas.

(E) I, II e IV.

Questão 25

Bianca, primária e de bons antecedentes, foi condenada por tráfico de drogas após ser flagrada transportando 300 gramas de maconha. Na primeira fase da dosimetria, o juiz fixou a pena-base no mínimo legal, por considerar favoráveis todas as circunstâncias do art. 59 do Código Penal. Na terceira fase, reconheceu o tráfico privilegiado e aplicou a fração máxima de redução, chegando à pena definitiva de 1 ano e 8 meses de reclusão. Ainda assim, fixou o regime inicial semiaberto e negou a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, invocando a gravidade abstrata do tráfico e sua natureza hedionda.

Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

(A) a sentença está correta, pois o tráfico privilegiado conserva a natureza equiparada a

hediondo, o que autoriza regime mais gravoso que o previsto para a pena aplicada.

(B) o regime aberto é impositivo, mas a substituição da pena por restritivas de direitos é vedada pela Lei de Drogas no tráfico, inclusive na forma privilegiada.

(C) a sentença deve ser reformada, pois o regime aberto decorre automaticamente de toda condenação a pena inferior a quatro anos, quaisquer que sejam as circunstâncias judiciais.

(D) a sentença deve ser reformada só quanto ao regime, porque a substituição por restritivas de direitos, no tráfico, exige pena definitiva não superior a um ano.

(E) a sentença deve ser reformada, pois, reconhecido o tráfico privilegiado e ausentes vetores negativos na primeira fase, são impositivos o regime aberto e a substituição por restritivas de direitos.

Questão 26

Ana procurou a delegacia e relatou que o ex-namorado, Tiago, com quem nunca morou, passou a persegui-la e a ofendê-la publicamente depois do término do relacionamento. Ela não quis registrar boletim de ocorrência nem manifestar interesse na persecução penal, mas pediu proteção. Um estagiário da delegacia levantou dúvidas sobre o cabimento das medidas protetivas e sobre eventual prisão de Tiago.

Considerando a Lei nº 11.340/2006, o Código de Processo Penal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, analise as afirmativas a seguir.

I. As medidas protetivas de urgência podem ser concedidas independentemente da tipificação penal da violência, do ajuizamento de ação penal ou cível, da existência de inquérito policial ou do registro de boletim de ocorrência.
II. Concedidas, as medidas protetivas vigoram pelo prazo máximo de noventa dias, findo o qual caducam se não houver ação penal em curso.
III. Nos crimes que envolvam violência doméstica e familiar contra a mulher, a prisão preventiva é admitida para garantir a execução das medidas protetivas de urgência, ainda que a pena máxima não supere quatro anos.
IV. Como Ana e Tiago nunca coabitaram, a Lei Maria da Penha não incide, e o pedido de proteção deve ser processado como ocorrência comum.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) II, apenas.

(C) I e II, apenas.

(D) II e IV, apenas.

(E) I e III, apenas.

Questão 27

Em investigação conduzida pela Polícia Civil, surgiram indícios suficientes de que Danilo, escrivão de polícia, integrava organização criminosa dedicada à extorsão de comerciantes, repassando informações sigilosas aos demais integrantes. Também havia indícios de que dois investigadores da mesma delegacia participavam do grupo. A autoridade policial avalia as providências cabíveis quanto à permanência de Danilo no cargo durante a investigação, à apuração da conduta dos policiais e às consequências funcionais de eventual condenação.

Considerando a Lei nº 12.850/2013, é correto afirmar que

(A) o próprio delegado de polícia pode determinar o afastamento cautelar de Danilo, sem prejuízo da remuneração, desde que comunique a medida ao juiz competente em até 24 horas.

(B) o juiz pode afastar cautelarmente Danilo, sem prejuízo da remuneração, e, havendo indícios de participação de policiais, a Corregedoria de Polícia instaurará inquérito e o comunicará ao Ministério Público.

(C) o juiz pode determinar o afastamento cautelar de Danilo, com suspensão da remuneração, e a condenação definitiva só acarretará a perda do cargo se assim declarado motivadamente na sentença.

(D) a condenação definitiva de Danilo acarretará a perda do cargo e a interdição para o exercício de função ou cargo público pelo prazo de cinco anos subsequentes ao cumprimento da pena imposta.

(E) havendo indícios de participação de policiais, a investigação passa obrigatoriamente ao Ministério Público, que instaurará procedimento próprio, vedada a atuação da Corregedoria de Polícia.

Questão 28

Rebeca cumpre pena em regime semiaberto em razão de condenação por roubo praticado com grave ameaça, em 2025. Aprovada em vestibular, requereu autorização para sair do estabelecimento, sem vigilância direta, a fim de frequentar curso superior na mesma comarca. Dias depois, seu pai foi internado em estado grave, e Rebeca pediu para visitá-lo no hospital. O pedido de estudo foi dirigido ao diretor do estabelecimento, e o de visita, ao juízo da execução. A defesa sustentou que, por estar no semiaberto e ter bom comportamento, Rebeca faria jus aos dois benefícios e que ambos poderiam ser decididos pelo diretor.

Considerando a Lei de Execução Penal, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.843/2024, é correto afirmar que

(A) a saída para estudo deve ser concedida pelo diretor do estabelecimento, por ser benefício administrativo, e a visita ao pai depende de decisão do juízo da execução.

(B) a saída para estudo é cabível, pois a vedação legal alcança apenas os condenados por crime hediondo, e a visita ao pai deve ocorrer como saída temporária, sem escolta.

(C) a visita ao pai pode ser autorizada pelo diretor do estabelecimento, mediante escolta, como permissão de saída, mas a saída temporária para estudo é vedada a quem cumpre pena por crime com grave ameaça.

(D) a visita ao pai não é possível como permissão de saída, restrita aos presos do regime fechado e aos provisórios, devendo Rebeca requerer saída temporária para visita à família.

(E) os dois pedidos são cabíveis, pois a vedação introduzida pela Lei nº 14.843/2024 alcança apenas os crimes cometidos com violência real, e não com grave ameaça.

Questão 29

Durante três anos, Vítor, servidor de uma autarquia estadual, desviou recursos públicos de que tinha a posse em razão do cargo. Para afastar suspeitas, ele próprio transferia os valores para contas de uma empresa de fachada registrada em nome do cunhado e, depois, os misturava ao faturamento de uma loja de materiais de construção da qual era sócio oculto, simulando vendas inexistentes. Já indiciado, Vítor procurou a autoridade policial e, de forma espontânea, prestou esclarecimentos que levaram à localização de imóveis adquiridos com os valores e à identificação de outro servidor envolvido. A denúncia ainda não havia sido oferecida, e não houve formalização de acordo escrito com o Ministério Público.

Considerando a Lei nº 9.613/1998 e a jurisprudência dos tribunais superiores, é correto afirmar que Vítor

(A) responde apenas por peculato, pois a ocultação dos valores pelo próprio autor do crime antecedente é mero exaurimento, e a colaboração só pode atenuar a pena na segunda fase da dosimetria.

(B) responde por peculato e lavagem, em concurso material, e a colaboração permite reduzir a pena de um sexto a dois terços, vedado o perdão judicial em crime contra a administração pública.

(C) responde por peculato e lavagem, em concurso material, mas os benefícios da colaboração dependem de acordo escrito homologado pelo juiz, nos moldes da Lei das Organizações Criminosas.

(D) responde por peculato e por receptação qualificada, já que a movimentação dos valores desviados para contas de terceiros configura proveito de produto de crime, e não lavagem.

(E) responde por peculato e lavagem, em concurso material, e a colaboração espontânea permite ao juiz reduzir a pena de um a dois terços, fixar regime aberto ou semiaberto, substituí-la ou deixar de aplicá-la.

Questão 30

Marcelo, primário, foi condenado por tráfico de drogas (art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006) após a apreensão de 12 quilos de cocaína em seu veículo. O juiz considerou a natureza e a grande quantidade da droga para elevar a pena-base acima do mínimo e, na terceira fase, afastou o tráfico privilegiado com base em provas de que Marcelo integrava grupo dedicado ao comércio de entorpecentes na região. A pena definitiva ficou em 7 anos de reclusão, e o juiz fixou o regime inicial fechado, invocando as mesmas circunstâncias judiciais desfavoráveis que justificaram a elevação da pena-base.

Considerando a Lei de Drogas, o Código Penal e a jurisprudência dos tribunais superiores, é correto afirmar que

(A) a valoração da quantidade de droga na pena-base impede seu uso para afastar o tráfico privilegiado, sob pena de bis in idem, o que torna a sentença nula nesse ponto.

(B) o regime inicial deve ser o semiaberto, porque a pena não excede oito anos e o réu é primário, sendo vedado considerar circunstâncias judiciais na escolha do regime.

(C) o regime fechado é obrigatório, pois o tráfico é equiparado a hediondo e a lei determina que a pena por esse crime seja cumprida inicialmente nesse regime.

(D) a fixação do regime fechado é válida, pois as circunstâncias judiciais desfavoráveis reconhecidas na primeira fase podem justificar regime mais gravoso que o indicado só pela pena.

(E) a natureza e a quantidade da droga devem ser obrigatoriamente valoradas tanto na primeira quanto na terceira fase, como determina o art. 42 da Lei de Drogas.

Direito Constitucional

Questão 31

A Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada pela Assembleia Legislativa de um estado para apurar desvios em contratos da saúde aprovou, em deliberação fundamentada, a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Fernando, empresário investigado, e determinou à operadora de telefonia a interceptação de suas comunicações telefônicas por quinze dias. Paralelamente, em inquérito policial sobre os mesmos fatos, o delegado de polícia requisitou diretamente a uma instituição financeira os extratos de movimentação bancária de Fernando dos últimos dois anos. A defesa impugnou todas as medidas.

Considerando a Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

(A) todas as medidas são inválidas, pois a CPI estadual não tem os poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, reservados às comissões do Congresso Nacional.

(B) são válidas as medidas da CPI, inclusive a interceptação, porque foram fundamentadas, sendo inválida somente a requisição feita diretamente pelo delegado.

(C) é válida apenas a quebra dos sigilos bancário e fiscal determinada pela CPI estadual, pois a interceptação e o acesso aos extratos dependem de ordem judicial.

(D) são válidas a quebra dos sigilos pela CPI e a requisição do delegado, pois os dados bancários, ao contrário das comunicações, não estão sob reserva de jurisdição.

(E) é válida apenas a requisição do delegado, pois a polícia judiciária, ao contrário da CPI, pode obter dados bancários do investigado sem ordem judicial.

Questão 32

O Presidente da República encaminhou à Câmara dos Deputados projeto de lei que altera o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, matéria de sua iniciativa privativa, e solicitou urgência para a apreciação. Durante a tramitação, discutiu-se o regime de urgência, a sanção, a promulgação e a possibilidade de delegação legislativa sobre o tema.

Considerando as normas constitucionais do processo legislativo, analise as afirmativas a seguir.

I. Se a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não se manifestarem, cada qual, sucessivamente, em até quarenta e cinco dias, sobrestar-se-ão todas as demais deliberações legislativas da respectiva Casa, com exceção das que tenham prazo constitucional determinado.

II. Os prazos do regime de urgência correm normalmente durante os períodos de recesso do Congresso Nacional.

III. Aprovado o projeto, decorrido o prazo de quinze dias úteis sem manifestação do Presidente, haverá sanção tácita; se a lei não for promulgada em quarenta e oito horas, caberá ao Presidente do Senado promulgá-la.

IV. A matéria não poderia ser objeto de lei delegada, porque a Constituição veda a delegação sobre temas de iniciativa privativa do Presidente da República.

Está correto o que se afirma em

(A) I e III, apenas.

(B) I e II, apenas.

(C) II e IV, apenas.

(D) I, III e IV, apenas.

(E) II, III e IV.

Questão 33

Diante da ausência de lei regulamentadora de direito previsto na Constituição em favor de determinada categoria de servidores públicos, foram impetrados diversos mandados de injunção individuais e um mandado de injunção coletivo. Durante os julgamentos, surgiram dúvidas sobre os efeitos das decisões e sobre a legitimidade para a impetração coletiva.

Considerando a Lei nº 13.300/2016, analise as afirmativas a seguir.

I. A decisão terá, em regra, eficácia subjetiva limitada às partes, mas poderá ser conferida eficácia ultra partes ou erga omnes quando isso for inerente ou indispensável ao exercício do direito objeto da impetração.

II. Editada a norma regulamentadora depois da decisão transitada em julgado, ela produzirá efeitos retroativos em relação aos beneficiados, ainda que lhes seja menos favorável.

III. O mandado de injunção coletivo pode ser promovido por partido político com representação no Congresso Nacional, para assegurar direitos de seus integrantes ou relacionados com a finalidade partidária.

IV. O indeferimento do pedido por insuficiência de prova impede a renovação da impetração fundada em outros elementos probatórios.

Está correto o que se afirma em

(A) I e III, apenas.

(B) II e IV, apenas.

(C) I, II e III, apenas.

(D) I, III e IV, apenas.

(E) II, III e IV.

Questão 34

No mesmo semestre, foram editados três diplomas normativos: (1) lei do Estado do Paraná que define os crimes de responsabilidade do Governador e estabelece o rito de seu processo e julgamento; (2) lei do mesmo estado que dispõe sobre a organização, as garantias, os direitos e os deveres dos policiais civis estaduais, em conformidade com as normas gerais da Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis; (3) lei de um município paranaense que fixa o horário de funcionamento do comércio local. Os três diplomas foram questionados judicialmente.

À luz da repartição constitucional de competências e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

(A) as três leis são constitucionais, pois tratam de matérias de interesse regional ou local, inseridas na autonomia dos entes federados.

(B) a lei sobre crimes de responsabilidade é inconstitucional, e a lei sobre os policiais civis também o é, por se tratar de matéria de competência privativa da União.

(C) apenas a lei estadual sobre crimes de responsabilidade é inconstitucional, por invadir a competência legislativa privativa da União.

(D) a lei sobre crimes de responsabilidade é válida, por versar sobre procedimento em matéria processual, de competência concorrente, e as demais também são válidas.

(E) a lei municipal é inconstitucional, pois a fixação do horário de funcionamento do comércio compete ao Estado, e as duas leis estaduais são válidas.

Questão 35

O partido político Alfa, que contava com um único deputado federal, ajuizou ação direta de inconstitucionalidade contra lei federal. Meses depois, antes do julgamento, o deputado desfiliou-se, e o partido ficou sem representação no Congresso Nacional. A direção partidária protocolou, então, pedido de desistência da ação. Na mesma época, o Governador de um estado ajuizou ação declaratória de constitucionalidade de outra lei federal, demonstrando a existência de decisões judiciais conflitantes sobre sua validade e o impacto direto da controvérsia sobre as finanças estaduais.

Considerando a Constituição Federal, a Lei nº 9.868/1999 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

(A) a ADI deve prosseguir, pois a representação é aferida no ajuizamento e não se admite desistência, e o Governador tem legitimidade para a ADC, demonstrada a pertinência temática.

(B) a ADI deve prosseguir, mas o pedido de desistência deve ser homologado se apresentado antes das informações dos órgãos responsáveis pela norma impugnada.

(C) a ADI deve ser extinta, pois a perda superveniente de representação retira a legitimidade do partido, e o Governador não pode propor ADC, restrita aos legitimados de 1993.

(D) a ADI deve prosseguir, e a ADC do Governador deve ser conhecida mesmo sem controvérsia judicial relevante, por ser ele legitimado universal.

(E) a ADI deve ser extinta sem resolução de mérito, podendo o partido ajuizar nova ação quando recuperar representação, e a ADC do Governador deve ser processada.

Direito Administrativo e Gestão Pública

Questão 36

Uma Secretaria Estadual de Segurança Pública contratou consultoria para revisar o desenho de sua política de prevenção à violência contra a mulher. No relatório final, os consultores apresentaram afirmações sobre o ciclo de políticas públicas e os modelos que explicam suas etapas.

Analise as afirmativas a seguir.

I. Segundo o modelo de múltiplos fluxos, de John Kingdon, uma questão tende a ingressar na agenda decisória quando convergem os fluxos dos problemas, das soluções e da política, abrindo-se uma janela de oportunidade que pode ser aproveitada por empreendedores de políticas.
II. Na abordagem bottom-up da implementação, ganha relevo a discricionariedade dos burocratas de nível de rua, como policiais e atendentes, cujas decisões no contato direto com o cidadão moldam a política efetivamente entregue.
III. O incrementalismo, associado a Charles Lindblom, sustenta que a decisão exige a análise exaustiva de todas as alternativas possíveis e de suas consequências antes da escolha da melhor solução.
IV. A avaliação ocorre exclusivamente após o encerramento da implementação, não se admitindo avaliação prévia nem durante a execução da política.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) III, apenas.

(C) I e III, apenas.

(D) II e IV, apenas.

(E) I e II, apenas.

Questão 37

Durante operação da Polícia Civil em uma comunidade, houve intensa troca de tiros com integrantes de grupo criminoso. Joana, moradora que voltava do trabalho, foi atingida por um disparo e ficou com sequelas permanentes. A perícia não conseguiu determinar se o projétil partiu de arma de policiais ou de criminosos. Joana ajuizou ação indenizatória diretamente contra o investigador Paulo, que comandava a equipe na rua, e contra o Estado. Em defesa, o Estado alegou que a perícia inconclusiva afastaria o nexo causal e que caberia a Joana provar a origem do disparo.

Considerando o art. 37, § 6º, da Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

(A) a responsabilidade do Estado é subjetiva, por se tratar de dano associado à conduta de criminosos, cabendo a Joana demonstrar a falha dos policiais na condução da operação.

(B) o Estado responde objetivamente, cabendo-lhe provar eventual excludente, e a perícia inconclusiva não afasta, por si só, sua responsabilidade; a ação não pode ser movida diretamente contra Paulo.

(C) o Estado responde objetivamente, e Joana pode escolher demandar o Estado, Paulo ou ambos em litisconsórcio, já que o agente atuou nessa qualidade.

(D) o Estado não responde, pois a perícia inconclusiva rompe o nexo causal, e somente Paulo, se comprovado dolo ou culpa, poderá ser responsabilizado pelo dano.

(E) o Estado responde objetivamente apenas se provado que o disparo partiu de arma policial, caso em que poderá cobrar de Paulo, em regresso, mesmo sem dolo ou culpa.

Questão 38

Após complexa investigação, Lucas foi indiciado, pela Polícia Civil do Estado do Piauí, pela prática do crime de peculato. Registre-se que, além da responsabilização na esfera criminal, o Ministério Público ingressou, em juízo, com uma ação de improbidade administrativa em face do agente. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa. ( ) Ao réu será assegurado o direito de ser interrogado sobre os fatos de que trata a ação, e a sua recusa ou o seu silêncio não implicarão confissão. ( ) Em qualquer momento do processo, verificada a inexistência do ato de improbidade, o juiz julgará extinto o processo sem resolução de mérito. ( ) É lícito ao juiz condenar o requerido por tipo diverso daquele definido na petição inicial. A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo é

(A) F – V – F.

(B) V – F – V.

(C) F – F – F.

(D) V – F – F.

(E) F – V – V.

Questão 39

Para reorganizar a segurança pública, um estado adotou três medidas: (1) por lei, criou, na estrutura da Secretaria de Segurança Pública, uma Coordenadoria de Inteligência, subordinada ao Secretário; (2) por lei específica, criou autarquia responsável pela perícia oficial, com patrimônio e receitas próprios; (3) por contrato precedido de licitação, transferiu a uma empresa privada a execução do serviço de remoção e guarda de veículos apreendidos, mantendo consigo a titularidade do serviço. Em parecer, a procuradoria do estado classificou as três medidas segundo as formas de distribuição de competências na Administração.

Sobre essas medidas, é correto afirmar que

(A) a primeira configura descentralização, por criar unidade com atribuições próprias, a segunda, desconcentração, e a terceira, descentralização por delegação.

(B) a primeira configura desconcentração, a segunda, descentralização por outorga, com subordinação hierárquica da autarquia ao Secretário, e a terceira, delegação.

(C) a primeira configura desconcentração, a segunda, descentralização por delegação, e a terceira, descentralização por outorga, por haver transferência do serviço.

(D) as três configuram descentralização administrativa, pois em todas houve

transferência de competências a pessoas jurídicas distintas do Estado.

(E) a primeira configura desconcentração, a segunda, descentralização por outorga, com controle finalístico sobre a autarquia, e a terceira, descentralização por delegação.

Questão 40

No Município Alfa , até o mês de julho de 2024, vigorava a Legislação Municipal que previa que determinados servidores tinham direito aos adicionais de insalubridade, caso trabalhassem habitualmente expostos a agentes nocivos e de periculosidade, se trabalhassem em condições de risco acentuado à sua integridade física. Os adicionais eram calculados em percentual de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento básico do servidor. Em agosto de 2024, foi editada Lei Municipal que modificava os critérios de cálculo dos adicionais, que passaram a valer o montante fixo de R$ 500,00 (quinhentos reais), pouco importando o rendimento do servidor. O sindicato dos servidores impetrou mandado de segurança coletivo, aduzindo violação de direito líquido e certo. Sobre o caso narrado, considerando a legislação em vigor e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa correta.

(A) O mandado de segurança coletivo, no caso hipotético, não deve ser concedido, pois visa a realizar controle abstrato de constitucionalidade, o que é vedado pela Súmula 266 do Supremo Tribunal Federal.

(B) A alteração dos critérios de cálculo dos adicionais citados, com redução da remuneração, persistindo as mesmas condições de trabalho, viola o princípio da irredutibilidade de vencimentos.

(C) A mudança da base de cálculo do adicional de insalubridade, ainda que implique em redução de vencimentos, não representa ofensa a direito adquirido.

(D) Quando há extinção da causa que justifica a percepção da verba propter laborem , sua supressão é ilegítima porque desaparece o próprio fundamento para sua existência.

(E) O STJ interpreta vencimentos em sentido amplo, equivalente à remuneração total nominal, sendo possível afirmar que existe direito adquirido a regime jurídico de cálculo.

Legislação Estadual e Institucional

Questão 41

Jéssica foi aprovada no concurso para Agente de Polícia Judiciária da Polícia Civil do Paraná, realizado com distribuição de vagas por região. Antes da nomeação, ela procurou conhecer algumas regras da Lei Complementar estadual nº 259/2023, que estrutura as carreiras da instituição.

Considerando essa lei complementar, com as alterações posteriores, analise as afirmativas a seguir.

I. A residência na comarca em que desempenhará suas atividades regulares é inerente à carreira, salvo expressa autorização do Conselho Superior da Polícia Civil.
II. Ela deverá permanecer, por no mínimo três anos, em unidades situadas na macrorregião para a qual concorreu, sob pena de contagem em dobro do prazo para a promoção ao nível III.
III. Nomeada, terá trinta dias para tomar posse, prazo que a Administração poderá prorrogar, de ofício, uma única vez, por igual período.
IV. Se for reprovada em alguma disciplina do curso de formação técnico-profissional, será exonerada, após a avaliação do conjunto de seu desempenho no estágio probatório.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) I e II, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) III e IV, apenas.

(E) I, II e III.

Questão 42

O delegado de polícia Rubens cumpriu, às 23h, mandado de prisão preventiva expedido contra Válter e, logo após a chegada à delegacia, iniciou seu interrogatório, sem que o preso consentisse em prestar declarações naquele horário. No mesmo plantão, Rubens interrogou Sílvio, preso em flagrante às 22h pela prática de roubo, que, assistido por advogado, decidiu falar.

Considerando a Lei nº 13.869/2019, analise as afirmativas a seguir.

I. A conduta de Rubens em relação a Válter só configura crime de abuso de autoridade se praticada com a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou ainda por mero capricho ou satisfação pessoal.
II. O interrogatório de Sílvio durante o período de repouso noturno não configura crime, por se tratar de preso capturado em flagrante delito.
III. Condenado Rubens por abuso de autoridade, a perda do cargo será efeito automático da

condenação, independentemente de reincidência.
IV. Os crimes de abuso de autoridade são de ação penal pública condicionada à representação do ofendido, admitida a ação privada subsidiária.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) II, apenas.

(C) I e II, apenas.

(D) III e IV, apenas.

(E) I, II e IV.

Questão 43

Wellington foi preso em flagrante pela prática de estupro (art. 213 do Código Penal) e, na delegacia, apresentou carteira de identidade original, em bom estado de conservação e sem nenhum indício de falsificação, com dados compatíveis com os registros oficiais. Seu advogado sustentou que, por estar civilmente identificado, Wellington não poderia ser submetido a identificação criminal, muito menos à coleta de material biológico, que dependeria de prévia autorização judicial. O delegado de polícia analisou o pedido antes de concluir o auto.

Considerando a Lei nº 12.037/2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 15.295/2025, é correto afirmar que

(A) Wellington, por estar civilmente identificado, não pode ser submetido a identificação criminal, salvo se houver dúvida fundada sobre a autenticidade do documento apresentado.

(B) a identificação criminal só será possível após o recebimento da denúncia pelo crime de estupro, quando então incluirá a coleta de material biológico.

(C) a identificação criminal é cabível, mas a coleta de material biológico depende de despacho da autoridade judiciária, mediante representação da autoridade policial.

(D) por se tratar de prisão em flagrante por crime contra a liberdade sexual, será feita a identificação criminal, que incluirá a coleta de material biológico para obtenção do perfil genético.

(E) a identificação criminal é cabível e se limita aos processos datiloscópico e fotográfico, pois a coleta de perfil genético é reservada aos condenados por crime hediondo.

Questão 44

Em auditoria sobre a gestão de uma secretaria do Estado do Paraná, verificou-se que: (1) campanha publicitária sobre prevenção de golpes digitais trazia, em destaque, o nome e a fotografia do Secretário; (2) a Administração não publicava, havia mais de um ano, relatório das despesas com propaganda e publicidade; (3) os vencimentos dos servidores de determinado mês foram pagos quinze dias após o último dia do mês vencido, sem nenhum acréscimo. O Secretário alegou que a campanha tinha caráter educativo e que a Constituição Estadual não trata de prazo para pagamento de servidores.

Considerando a Constituição do Estado do Paraná, é correto afirmar que

(A) o caráter educativo da campanha afasta a irregularidade, embora a falta do relatório semestral e o atraso sem correção violem a Constituição Estadual.

(B) a campanha é irregular, mas o relatório das despesas com publicidade tem periodicidade anual, e o atraso só gera correção se superar trinta dias.

(C) as três situações são regulares, pois a Constituição Estadual remete à lei ordinária a disciplina da publicidade oficial e do calendário de pagamento dos servidores.

(D) a campanha viola a vedação de promoção pessoal, o relatório das despesas com publicidade deve ser publicado semestralmente no Diário Oficial, e o atraso impõe a correção dos vencimentos.

(E) a campanha e a falta do relatório são irregulares, mas a correção dos vencimentos pagos com atraso depende de decisão do Tribunal de Contas do Estado.

Questão 45

Rodolfo, oficial investigador da Polícia Civil com dois anos de efetivo exercício no cargo, foi preso preventivamente por decisão judicial em investigação de crime comum, sem relação com suas funções. A família perguntou se ele já era estável no serviço público, onde deveria ficar recolhido e a quem a prisão deveria ser comunicada. No mesmo período, Celina, investigadora que acabara de se aposentar, questionou se manteria a autorização para portar arma de fogo.

Considerando a Lei nº 14.735/2023 (Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis), é correto afirmar que

(A) Rodolfo tem direito ao recolhimento em unidade prisional da própria instituição e à pronta comunicação da prisão ao seu chefe imediato, e Celina conserva a autorização do livre porte de

arma de fogo.

(B) Rodolfo só terá direito ao recolhimento em unidade prisional da própria instituição após o trânsito em julgado de eventual condenação, e Celina conserva o porte de arma de fogo.

(C) a prisão de Rodolfo deve ser comunicada de imediato ao juiz corregedor da polícia judiciária, e Celina perde a autorização de porte de arma com a aposentadoria.

(D) Rodolfo já é estável, pois a estabilidade do policial civil é adquirida após dois anos de efetivo exercício, e tem direito ao recolhimento em unidade da própria instituição.

(E) Rodolfo tem direito a prisão especial em quartel das Forças Armadas, e Celina conserva o porte de arma apenas no território do estado em que se aposentou.

Direitos Humanos

Questão 46

Após o trâmite perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, o caso de Lucimar, vítima de violações praticadas por agentes estatais brasileiros em 2015, foi submetido à Corte Interamericana de Direitos Humanos. Durante o processo, testemunhas passaram a sofrer ameaças graves, e a Corte adotou medidas para protegê-las. Ao final, condenou o Brasil, entre outras obrigações, ao pagamento de indenização compensatória. Representantes do Estado discordaram da sentença, cogitaram recorrer e questionaram a forma de execução da parte indenizatória no país.

Considerando a Convenção Americana sobre Direitos Humanos e o reconhecimento da competência da Corte pelo Brasil, é correto afirmar que

(A) a sentença pode ser objeto de recurso à Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, que poderá reformá-la por maioria absoluta dos Estados-membros.

(B) a sentença é inapelável, mas o pedido de interpretação deve ser apresentado em até trinta dias da notificação, e a indenização depende de homologação pelo STJ.

(C) a parte indenizatória da sentença depende de homologação pelo Superior Tribunal de Justiça, como as sentenças estrangeiras, antes de ser executada no Brasil.

(D) a Corte não poderia ter adotado medidas provisórias para proteger as testemunhas, providência que, nos casos já submetidos a ela, compete exclusivamente à Comissão.

(E) a sentença é definitiva e inapelável, cabendo apenas pedido de interpretação, e a parte indenizatória pode ser executada no Brasil pelo processo interno de execução contra o Estado.

Questão 47

A Emenda Constitucional nº 45/2004 aprimorou as regras de internalização dos tratados internacionais sobre Direitos Humanos. Sobre essa temática, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa. ( ) Prevalece o entendimento do Supremo Tribunal Federal de que, após o advento da EC nº 45/2004, todos os tratados de Direitos Humanos têm natureza de norma constitucional. ( ) Os tratados e convenções internacionais sobre Direitos Humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. ( ) Os tratados e convenções de Direitos Humanos ratificados pelo Brasil não precisam ser aprovados pelo Congresso Nacional, tendo em vista o disposto no Art. 5º, § 1º, da Constituição Federal. As afirmativas são, respectivamente,

(A) F – V – F.

(B) F – F – V.

(C) F – F – F.

(D) V – V – F.

(E) V – F – V.

Questão 48

Com base no entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento da ADI 4275/DF, sobre o direito das pessoas transexuais, transgêneras e travestis à requalificação civil de nome e gênero, assinale a afirmativa correta quanto aos requisitos e ao procedimento para o exercício desse direito.

(A) A requalificação civil depende da apresentação de laudo médico e psicológico, que ateste a disforia de gênero e comprove a adequação física ou hormonal à identidade autodeclarada, conforme o princípio da veracidade registral.

(B) O pedido de requalificação civil deve ser submetido ao Poder Judiciário, que verificará a adequação entre o gênero autodeclarado e o sexo biológico constante nos registros oficiais.

(C) O procedimento de requalificação civil é administrativo e autodeclaratório, podendo ser requerido diretamente em cartório de registro civil, sem necessidade de cirurgia, laudos ou decisão judicial, mediante simples manifestação da vontade da pessoa interessada.

(D) O STF condicionou a requalificação civil à alteração prévia dos documentos perante os órgãos previdenciários e de identidade profissional, a fim de evitar divergências

cadastrais.

(E) A requalificação civil foi admitida apenas para pessoas maiores de 21 anos, devendo as demais pessoas transexuais, transgêneras e travestis obter prévia autorização judicial, como medida de proteção da personalidade em desenvolvimento.

Ciências Forenses

Questão 49

Uma mulher de 24 anos relatou ter sido vítima de conjunção carnal forçada, praticada dois dias antes por um conhecido que, segundo ela, havia se submetido a vasectomia anos atrás. No exame de corpo de delito, o perito descreveu hímen sem soluções de continuidade, de óstio amplo e bordas elásticas, que permitia a passagem de dois dedos sem lesão, e coletou material do fundo de saco vaginal. A pesquisa microscópica de espermatozoides foi negativa. O advogado do suspeito sustentou que os dois achados, em conjunto, afastariam a ocorrência de conjunção carnal.

Considerando a sexologia forense, é correto afirmar que

(A) a integridade do hímen exclui a conjunção carnal, de modo que a perícia deve concluir pela inexistência do crime, independentemente de outros vestígios.

(B) o hímen descrito é compatível com o tipo complacente, que admite a conjunção carnal sem rotura, e a pesquisa de PSA (p30) pode indicar ejaculação mesmo sem espermatozoides.

(C) o hímen descrito é do tipo cribriforme, e a ausência de espermatozoides afasta a ejaculação, pois nenhum outro marcador laboratorial permite identificar o sêmen.

(D) o hímen descrito é compatível com o tipo complacente, mas a pesquisa de PSA é inútil em vasectomizados, porque esse antígeno é produzido nos testículos.

(E) o achado indica rotura himenal antiga cicatrizada, pois os entalhes congênitos sempre atingem a borda de inserção do hímen, ao contrário das roturas.

Questão 50

Rafael foi apreendido pela primeira vez, aos 15 anos, por pichar um muro. O episódio foi divulgado na escola e no bairro, e ele passou a ser tratado por professores, vizinhos e policiais como "delinquente". Excluído de atividades e vigiado constantemente, aproximou-se de outros jovens na mesma situação, assumiu a identidade que lhe fora atribuída e passou a praticar furtos com frequência. Em palestra para delegados, um criminólogo usou o caso como exemplo, destacando que a reação social ao primeiro ato, e não o ato em si, foi decisiva para a carreira delinquente de Rafael.

A explicação do criminólogo corresponde à

(A) teoria da associação diferencial, segundo a qual o comportamento criminoso é aprendido na interação com grupos que definem favoravelmente a violação da lei.

(B) teoria da anomia, de Edwin Sutherland, que explica o desvio pela distância entre as metas culturais e os meios institucionalizados disponíveis para alcançá-las.

(C) teoria do etiquetamento (labelling approach), que distingue o desvio primário do secundário, este decorrente da reação social e da assunção do rótulo pelo indivíduo.

(D) teoria da subcultura delinquente, que atribui o desvio primário à reação social e o secundário à adesão a valores opostos aos da classe média.

(E) Escola de Chicago, pois o desvio secundário resulta da desorganização social das zonas de transição das grandes cidades, onde o controle informal é fraco.

Folha de respostas

Código PCPR-DL-0605-00CE · preencha a bolinha da alternativa escolhida

	A	B	C	D	E
01	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E
05	A	B	C	D	E
06	A	B	C	D	E
07	A	B	C	D	E
08	A	B	C	D	E
09	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E
16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E
21	A	B	C	D	E
22	A	B	C	D	E
23	A	B	C	D	E
24	A	B	C	D	E
25	A	B	C	D	E

	A	B	C	D	E
26	A	B	C	D	E
27	A	B	C	D	E
28	A	B	C	D	E
29	A	B	C	D	E
30	A	B	C	D	E
31	A	B	C	D	E
32	A	B	C	D	E
33	A	B	C	D	E
34	A	B	C	D	E
35	A	B	C	D	E
36	A	B	C	D	E
37	A	B	C	D	E
38	A	B	C	D	E
39	A	B	C	D	E
40	A	B	C	D	E
41	A	B	C	D	E
42	A	B	C	D	E
43	A	B	C	D	E
44	A	B	C	D	E
45	A	B	C	D	E
46	A	B	C	D	E
47	A	B	C	D	E
48	A	B	C	D	E
49	A	B	C	D	E
50	A	B	C	D	E

Confira suas marcações com a grade do gabarito comentado. Cada questão vale 1 ponto, como na prova da PCPR.